



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Paranatinga-MT, 29 de julho de 202

Ofício JSS - nº- 452/2021

Ref.: Relatório Social nº- 001/2021

Relatório Social nº- 002/2021

Relatório Social nº- 004/2021

Original

Senhor Prefeito
Senhor Secretário

É oportuno encaminhar a este Executivo Municipal com cópia à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, expediente solicitando providências no sentido de efetuar reparos nas residências, **"vide cópia anexa"** as quais são objeto dos mencionados relatórios emitidos pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, mencionamos que esta ação irá proporcionar aos moradores dos locais supracitados a cidadania que lhe é peculiar, isso posto, é necessário esta ação de cidadania para que possamos levar a nossa gente melhorias e conforto garantido constitucionalmente.

Certos de vossa atenção ao solicitado, antecipamos nossos votos de consideração e apreço, ficando desde já no aguardo de vosso pronunciamento.

Atenciosamente

Gabinete do Vereador


Josevaine Silva de Souza - Labiga

Exmo Senhores

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

C/Cópia

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Paranatinga – MT

*Recebido
29/07/21
D*



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

CNPJ: 15.023.971/0001-24

Ofício n. 235/2021

Paranatinga, 14 de julho de 2021

De: Ilmo. Sr. Daniel Schilo

Assessor Jurídico

Para: Exmo. Sr. Josevaine Silva de Souza

Vereador

Exmo. Sr. Vereador;

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste encaminhar **ofício n° 651/2021 – SMAS** referente a relatórios sociais 001/2021 e 002/2021, conforme solicitado.

Sendo o que tenho para o momento, reitero votos de elevada estima e a mais distinta consideração.


DANIEL SCHILO
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/MT N° 9954
PORTARIA N° 447/2017





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ofício nº 651/2021 - SMAS

Paranatinga-MT, 06 de julho de 2021.

Ao Excelentíssimo Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal de Paranatinga-MT

Referência: Encaminhamento de Relatório Social.

Prezada Senhora,

Venho por meio deste respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, encaminhar relatórios sociais, solicitado pelo Exmo. Sr. Vereador Josevaine Silva de Souza.

Sendo o que tenho para o momento, reitero meus votos de elevada estima e consideração, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessário.


Fatima Rosane Ritter Pereira

Secretaria Municipal de Assistência Social
Portaria 031/2020

Josimar Marques Barbosa
Prefeito Municipal
Paranatinga - MT

RECEBIDO
06/07/21
Celia Gama



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SMTAS

Relatório Social/001/2021

No dia dezenove de março de dois mil e vinte um às 10:30 horas, foi realizada uma visita domiciliar à senhora Verleni Moreira Silva da Conceição, portadora do RG 33755914-1, inscrita no CPF 028.891.803-89, residente na Rua B4, Quadra 10, Lote 05, nº 226, no Bairro Cohab Colina Verde 1-15 Casas, à qual nos Relata: ser mãe de três filhos menores, dois com problemas de saúde, o Pedro Henrique da Conceição de 8 anos, com sopro no coração e o Deuzivan Silva da Conceição, de 15 anos problemas de audição, convivente com o senhor Francisco Bezerra da Conceição de 34 anos, e que necessita muito de terminar a construção de um quarto para seus filhos, que a única renda da família é do seu esposo de um mil e duzentos reais R\$ 1.200 para custear todas despesas mais necessárias, como água, luz, alimentação e remédios para as crianças, e que este quarto iria ajudar muito na qualidade de vida de seus filhos e para todos da família, proporcionando maior privacidade para o casal, por a sua casa ter apenas um quarto para todos. Nos diz ainda que é beneficiária do PBF e que recebe R\$ 212,00 o que ajuda muito para complementar na alimentação das crianças na compra de leite e frutas.

Diante dos relatos exposto, observa-se a família da senhora Verleni Moreira Silva da Conceição, faz-se necessário cumprir o que estabelece a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 em seu Art.º **1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é a Política de Seguridade Social, não contributiva, que provê os mínimos sociais realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.** - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em seu artigo 203 da Constituição Federal de 1988, no qual “será concedida quem dela precisar, independentemente da contribuição à Previdência Social”. Tendo como caráter assistencial de natureza não-contributiva. Segue fotos em anexo.


Leidiane Barbosa Pereira
Assistente Social
O/ESS - 3700 20º REGAMT

Técnica Responsável
Leidiane Barbosa Pereira





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SMTAS


Relatório Social nº 002/2021.

No dia vinte e três de junho de dois mil e vinte um às 9:30 horas, foi realizada uma visita domiciliar e entrevista social ao senhor **Hilton Alves de Arruda**, portador do RG 0305481-0 SSP/MT, inscrito no CPF 320.346.441-15, residente na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 147, no bairro Centro, com o objetivo de averiguar a situação socioeconômica e familiar.

Em visita o senhor Hilton Alves de Arruda fazia-se presente e nos relata: residir no município no mesmo local há 47 anos, viúvo, tem uma filha de maior, a senhora Marilene Souza de Arruda que é casada e que reside com sua família, esposo e filha.

Durante a entrevista social, foi observado que o senhor Hilton, é idoso, possui 67 anos, reside em casa de madeira em péssimas condições, ele é inscrito no cadastro único com o Nis de nº2012334964, recebe o BPC Idoso, possui uma renda per capita de R\$ 150,00.

Diante dos fatos relatados, observamos que tratar-se de uma família que sobrevive em moradia precária, possui a renda apenas do BPC/Idoso, ou seja, um salário mínimo para custear todas as despesas como água, luz, medicamentos dentro outras as mais necessárias, assim faz-se necessário cumprir o que estabelece a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 em seu Art.º 1º ***A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é a Política de Seguridade Social, não contributiva, que provê os mínimos sociais realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.*** - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em seu artigo 203 da Constituição Federal de 1988, no qual “será concedida quem dela precisar, independentemente da contribuição à Previdência Social”. Tendo como caráter assistencial de natureza não-contributiva. Segue fotos em anexo.


Leidiane Barbosa Pereira
Assistente Social
CPF 0305481-0 SSP/MT

Técnica Responsável
Leidiane Barbosa Pereira



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SMTAS


Relatório Social nº 004/2021.

No dia cinco de julho de dois mil e vinte um às 9:30 horas, foi realizada uma visita domiciliar e entrevista social ao senhor **Américo Jesus dos Santos**, portador do RG 0083659-1 SSP/MT, inscrito no CPF 004.122.051-76, residente na Rua Pará, s/n, no bairro Concórdia, com o objetivo de averiguar a situação socioeconômica e familiar.

Em visita, o senhor Américo fazia-se presente e nos relata: residir no município há mais de 50 anos, solteiro, pai de três filhas já casadas, tem dois irmãos que também reside no município.

Diante da entrevista social foi observado que o senhor Américo é idoso, possui 76 anos, reside em casa de madeira em péssimas condições, conforme fotos em anexo; ele é inscrito no cadastro único com o Nis de nº 10668179535 recebe o BPC Idoso.

Diante dos fatos relatados, observamos que tratar-se de uma família que sobrevive em moradia precária, sua renda é do Benefício de Prestação Continuada do BPC/Idoso, ou seja, um salário mínimo para custear todas as despesas como água, luz, medicamentos dentro outras as mais necessárias, sendo essa a situação socioeconômica e familiar. Assim faz-se necessário cumprir o que estabelece a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 em seu Art.º 1º ***A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é a Política de Seguridade Social, não contributiva, que provê os mínimos sociais realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.*** - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em seu artigo 203 da Constituição Federal de 1988, no qual “será concedida quem dela precisar, independentemente da contribuição à Previdência Social”. Tendo como caráter assistencial de natureza não-contributiva. Segue fotos em anexo.


Leidiane Barbosa Pereira
Assistente Social
CRESS - 3700207 REGAMT

Técnica Responsável
Leidiane Barbosa Pereira

